

S  
UFRJ/IEI  
TD141

043999-1

e Federal do Rio de Janeiro

INSTITUTO DE  
ECONOMIA  
INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 141  
PRIVATIZAÇÃO - MAIS UM PASSO  
DO CAPITALISMO

Lucia Helena Salgado

Dezembro/1987



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



PRIVATIZAÇÃO - MAIS UM PASSO DO CAPITALISMO (\*)

Lucia Helena Salgado (\*\*)

Dezembro/1987

(\*) As referências factuais dos processos de privatização analisados foram coligidas a partir do seminário "Privatização, Mercado de Capitais e Democracia, a Recente Experiência Internacional", promovido pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 10/11 de setembro último; foram obtidos também em artigos publicados no Jornal do Brasil por Willian Waack e naqueles referentes ao seminário Brasil/França sobre privatização promovido por Le Figaro e pelo J.B. em Paris.

Utilizei-me ainda de informações contidas no artigo de Antoninho Marmo Trevisan, "Privatizar para não sucatear, opção para as estatais", publicado no boletim do CORECOM/SP em setembro de 1987 e no artigo "Les dénationalizations britanniques: objectives et réalisation" de Jean Jacques Santini, publicado em Problèmes Économiques de abril de 1987.

As considerações a respeito são de minha inteira responsabilidade.

(\*\*) Economista, pesquisadora do IEI/UFRJ.





FEA-UFRJ  
 BIBLIOTECA  
 Data: 6 / 7 / 88  
 N.º Registro: 043995-1

MS 98359

5  
 UFRJ/IEI  
 TD 941

FICHA CATALOGRÁFICA

Salgado, Lucia Helena  
 Privatização: mais um passo do capitalismo/  
 Lucia Helena Salgado. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI,  
 1987.  
 17 p.; 21cm. (IEI/UFRJ. Texto para Discussão,  
 141).  
 1. Privatização. 2. Capitalismo. 3. Empresas  
 Estatais. I. Título. II. Série.

Assiste-se, atualmente, em todo o mundo, a um processo que, à parte as especificidades reveladas por cada uma de suas expressões concretas, aponta para um novo perfil das relações entre setor público e setor privado.

Atividades que, em todos os livros - texto de finanças públicas, eram peremptoriamente consideradas como de exclusiva competência do Estado, por suas características de monopólio natural, importância estratégica, ou pelos vultosos investimentos necessários e responsáveis por baixas taxas de retorno, estão sendo hoje transferidos para o setor privado. Fornecimento de energia, aeroportos, transportes, telefonia e até mesmo empresas produtoras de material bélico incluem-se nesse processo.

Os exemplos mais notáveis são encontrados na Europa, em países onde é particularmente marcante a presença do setor estatal na economia a ponto de sua participação alcançar proporções em torno de 30% do PIB.

Há razões comuns entre países como França, Inglaterra, Espanha e Itália, responsáveis por tal presença.

No começo deste século, setores caracterizados como "monopólio natural" foram estatizados (ou nacionalizados, de acordo com a terminologia mais usual na Europa). No bojo da crise dos anos 30 forjou-se o "Welfare State", pelo qual foram atribuídas novas funções ao Estado no sentido de fabricar um colchão de direitos sociais capaz de amortecer os impactos



dos movimentos erráticos do mercado. Durante a 2ª Grande Guerra, expandiu-se o papel decisório do Estado sobre a economia, subordinando-se inúmeras atividades de caráter estratégico ao esforço de guerra. No pós-guerra, estreitaram-se os laços entre setor público e setor privado; os setores mais atingidos pela guerra foram nacionalizados como parte do esforço empreendido pelos Estados da Europa Ocidental em torno à reconstrução. Na França, foram nacionalizados o setor da energia, os grandes estabelecimentos de crédito e seguradoras.

Neste país, empresas cujos dirigentes apoiaram ou participaram do governo de Vichy, - e a Renault é o melhor exemplo - foram desapropriadas e nacionalizadas, como reflexo da mudança da correlação de forças políticas na França.

Na Inglaterra, com a ascensão ao poder do Partido Trabalhista em 1945, as indústrias consideradas como estratégicas foram nacionalizadas, tal como propunha a plataforma eleitoral daquele partido, que considerava essa iniciativa como um primeiro passo em direção a uma sociedade socialista. Neste período, foram nacionalizadas as indústrias de carvão, a siderurgia, a produção de energia, os transportes terrestres e o Banco da Inglaterra.

Já na Espanha e na Itália, a formação de "holdings" nos anos 30, como o INI, o BNH e o grupo Patrimônio na Espanha e o IRI na Itália, esteve ligada a necessidade que se impunha ao Estado no sentido de adotar uma postura ativa quanto à produção, dada a fragilidade dos capitais privados.

Outras ondas estatizantes atingiram esses países ao longo das décadas de 50 a 70, norteadas por motivações de ordem econômica, como a criação da "holding" ENI na Itália em 53, com o objetivo de controlar e garantir o suprimento de energia ou por motivações de ordem ideológica como o movimento estatizante do início do governo Mitterrand em França, que atingiu a totalidade do sistema bancário e alguns dos principais grupos empresariais do país.

Já nos anos 80, essa realidade se altera. Se nos movimentos estatizantes, o motivo encontrava-se na percepção das falhas do mercado, que levavam à necessidade de absorção por parte do Estado de atividades produtivas, nos movimentos de privatização contemporânea, a alegação centra-se nas falhas da burocracia, ou seja, a incapacidade do Estado de guiar com eficiência atividades de caráter produtivo.

Em segundo lugar, encontra-se a crise fiscal que, nos anos setenta, sufoca o "Welfare State", em virtude da incapacidade apresentada pelos Estados de garantir os recursos necessários à cobertura das crescentes despesas com a previdência social, provocadas pelo aumento continuado da população de desempregados e aposentados.

Em terceiro lugar, está a competitividade do comércio internacional, exacerbada pela entrada no mercado de países de industrialização recente, o que pôs em xeque a "performance" de economias maduras, onde é considerável a participação da produção estatal.

Tais fatores estão no centro do movimento de privatizações porque passam países como França, Inglaterra, Itália e Espanha, movimento este que, segundo nos parece, caracteriza uma nova etapa na história do capitalismo e, como tal, deve ser analisado com atenção.

Um elemento central, que desnuda o caráter estrutural da onda privatizante, é a independência desse movimento com relação à persuasão ideológica que norteia as atuais administrações dos países em questão. Isto porque, o mesmo processo que se desenrola na Inglaterra sob o governo conservador da Sra. Thatcher é seguido pelo governo socialista de Felipe González na Espanha. Não se pode, é claro, eliminar, em um raciocínio simplificador, as particularidades que despontam em cada uma das experiências concretas. De especial, deve ressaltar-se que as privatizações encaminhadas na Inglaterra compõem um programa prévio, incluído com destaque na plataforma eleitoral do partido conservador desde 1979, programa esse cuja orientação é marcadamente ideológica.

O programa de privatizações inglês tem como eixo duas idéias básicas: a de que a eficiência é característica da produção encaminhada pela iniciativa privada e a de que as regras do mercado são mais eficazes como orientadoras do sistema econômico do que a interferência estatal.

As mesmas idéias encaminham o programa de privatizações iniciado em 1986 na França. Já na Espanha e na Itália,

são razões de caráter inteiramente pragmático que norteiam o processo de privatizações nesses países.

O Estado espanhol, a parte as indústrias de base, nacionalizadas ainda no início do governo Franco, incorporou ao longo dos anos 70 diversas empresas em dificuldades, cujo risco de falência imporia custos sociais não desprezíveis, dado o expressivo tamanho dessas empresas. Uma vez saneadas e transformadas em novo espaço de valorização para o capital, elas vêm sendo devolvidas à iniciativa privada, pois são empresas talhadas para o funcionamento sob a dinâmica do mercado.

Por outro lado, a entrada da Espanha no mercado comum europeu vem exigindo desse país um esforço considerado no sentido da elevação da eficiência e produtividade de suas empresas, dado que a competitividade é condição "sine qua non" para a participação em um mercado aberto.

É oportuno lembrar também que, tanto o processo de estatização de indústrias básicas quanto o fechamento da Espanha com relação ao mercado externo estão marcados na experiência do país como parte da história franquista, memória amarga para a maioria do povo espanhol. Assim, as privatizações realizadas pelo governo González têm um sabor de modernidade; bem vistas, portanto, pela maioria.

Na Itália, os mesmos motivos pragmáticos têm orientado as recentes privatizações realizadas aí a partir de 1984.



As atividades que vêm sendo privatizadas são, na Inglaterra, aquelas incorporadas no pós-guerra, como telefonia (British Telecom), transporte aéreo (British Airways), fornecimento de gás (British Gas), transportes terrestres (National Bus Company) e até mesmo armamentos e equipamentos aeroespaciais (British Aerospace).

Na França, são aquelas empresas nacionalizadas a partir de 1981 pelo governo Mitterrand, quais sejam, seguradoras, bancos e as maiores dentre as grandes empresas industriais como a Saint-Gobain, Rhône, Pauline e Compagnie Générale d'Électricité. Os bancos nacionalizados em períodos anteriores também compõe o projeto de privatização que o governo francês espera ver concluído até 1992.

Na Espanha, o INI tem perseguido uma estratégia de racionalização econômica, fechando empresas inviáveis, privatizando totalmente aquelas sem interesse estratégico, que foram incorporadas em virtude de estarem expostas à situação pré-falimentar, como a indústria têxtil Tarazona, que, após saneada, foi vendida em 1985 ao público. Foram também privatizadas as empresas do grupo Rumasa (constituído por 700 empresas e 45.000 empregados), desapropriado em 1983 em função de estar em suspeição quanto aos métodos utilizados para o seu rápido crescimento, métodos esses cuja irregularidade foi em seguida comprovada. O grupo Patrimônio assumiu naquele ano o controle da empresa, administrou-o e restabeleceu suas condições de viabilidade. A companhia telefônica, por sua vez, foi



vendida a investidores nacionais e estrangeiros, chegando estes a controlar 25% do capital da empresa.

Na Itália, segundo a mesma orientação racionalizante e pragmática da Espanha, foram privatizadas empresas do setor têxtil, a televisão estatal e empresas do setor financeiro.

O processo de privatizações não se restringe à venda de empresas sob controle estatal a agentes privados. Tal processo congrega três tipos de operação:

1) O mais comum, corresponde à venda de empresas a investidores privados através da colocação de ações na bolsa de valores. Nesses casos podem ser vendidos à venda 100% das ações ou parcela pequena de propriedade; as cotas de ações podem ser diferenciadas por comprador, com uma parte posta à venda de forma pulverizada ao público em geral, outra proporção à empresas nacionais e uma outra a empresas e investidores estrangeiros;

2) Podem ser vendidos ativos do Estado, como forma de arrecadação de recursos (terras, edificações, etc.);

3) Por fim, a realização de determinadas atividades por empresas públicas podem ser substituídas pela contratação junto a empresas privadas como forma de reduzir custos de serviços como limpeza urbana ou de construção e operação de instalações de infra-estrutura. Esta terceira forma de privatização vem sendo utilizada na Inglaterra.



Quanto à postura adotada pelos países aqui analisados com relação ao investidor estrangeiro, observa-se que, na Espanha, o pragmatismo que norteia as recentes vendas de empresas nacionalizadas leva à percepção de que tal processo constitui-se numa forma de atrair investimentos e tecnologia estrangeira. Há que lembrar também, como já comentado, que o caráter autárquico da economia espanhola forjado pelo governo Franco é memória que a maioria dos espanhóis quer apagar.

Já na França, o forte espírito nacionalista, característico da cultura francesa, em adição à oposição socialista às iniciativas desestatizantes de Chirac, levam a que sejam limitadas rigorosamente as vendas a investidores estrangeiros. Na Inglaterra, similarmente, o sempre acirrado debate ideológico e a ferrenha oposição trabalhista ao programa de privatizações da Sra. Thatcher têm obrigado a que tal programa encare como um limite a venda preferencial a cidadãos e empresas nacionais.

O pensar liberal, fortalecido nesta década, tem apresentado o processo que aqui analisamos como uma gloriosa retomada por parte do mercado da soberania usurpada ilegalmente pelo Estado. Sob esta ótica, os Estados da Europa Ocidental, geridos por grupos tomados por uma sanha intervencionista, levaram aquelas economias à beira do "debâcle", tornando-as anacrônicas e pouco competitivas vis a vis as economias ditas "de mercado" como os Estados Unidos e o Japão.

No atual processo de privatizações corresponderia, de acordo com o pensar liberal, a um recuo do Estado, que agora limitar-se-ia a cuidar de suas funções legítimas de promoção da infra-estrutura social e da ordem legal necessárias ao sistema capitalista.

Sob o nosso ponto de vista, porém, tal processo não representa um recuo do Estado com relação à sua postura anterior de intervenção, nem tão pouco corresponde a uma série de fenômenos isolados, sem maior significação de caráter estrutural. É, na verdade, mais um episódio na longa história da relação Estado e economia. Parafraseando Shonfield<sup>(\*)</sup>, o processo de privatizações reflete um novo tipo de equilíbrio nas relações entre setor público e setor privado; é, forçando o ponto, como uma troca de sinal do processo transcorrido no pós 2ª guerra, quando os Estados da Europa Ocidental lideraram, com diferenças de ênfase, a reconstrução e retomada do crescimento econômico.

Se o "capitalismo moderno" conforme observou Shonfield, correspondia, em largos traços, a um abandono da organização anárquica da produção capitalista proporcionada pelo mercado, em favor de uma organização planejada, capitaneada pelo Estado, com a participação corporativa dos interesses privados de empresários e trabalhadores, o "capitalismo pós-moderno" encontra, na onda atual de privatização, uma de suas expressões mais características.

(\*) Shonfield, Andrew - Modern Capitalism - The Changing Balance of Public and Private Power, Oxford University Press, London, 1965.



Neste estágio, é importante notar que o Estado não abandona a esfera da economia, apenas que atua daí de uma no va forma, a que hoje corresponde às imposições das necessida des da acumulação de capital nas economias maduras. Observe-se que, em particular, privatizar setores tornados rentá veis pelo movimento anterior de encampação e saneamento é perfeitamente compatível com a lógica perseguida pelo Estado capitalista de propiciar as condições necessárias ao proces so de acumulação.

Por outro lado, atualmente é crescente o esvaziame nto da capacidade de financiamento do setor estatal, esvazia mento este desencadeado pela clássica crise fiscal europeia, o que o leva a pôr à disposição da iniciativa privada deter minadas atividades cuja reprodução o Estado não é mais capaz de garantir.

É também sobre essa problemática que se assenta, por exemplo, a orientação espanhola no sentido de devolver ao se tor privado empresas que foram nacionalizadas quando se en contravam incapacitadas de se manter no mercado e de privati zar aqueles setores, por cujos investimentos que se fazem ne cessários, o setor público espanhol, às voltas com o contro le do déficit público, não pode responder.

Encontra-se um importante elemento na caracteriza ção do processo de privatização como uma nova etapa do capita lismo nas suas motivações e efeitos ideológicos. Atendo-se ao exemplo da Inglaterra que, mais uma vez, parece apontar

"o futuro das demais nações", é de notar que o programa de privatizações traz em seu bojo elementos para a contribuição de novos laços de solidariedade dos indivíduos com o sistema capitalista. Isto porque o programa proporcionou, a mi lhões de ingleses, o acesso ao estatuto de proprietários. Ho je, um em cada cinco ingleses é co-proprietário de empresas, das quais, a maioria esmagadora nunca dantes havia participa do do mercado acionário.

Some-se ainda o fato de que, em cada uma das priva tizações realizadas, é sempre reservada uma parcela das ações para os empregadores da própria empresa, que recebem uma sé rie de incentivos para adquirir as ações.

A resposta do público, no caso exemplar da Inglaterra, tem superado as expectativas e, como "dividendo" adicio nal, o governo conservador comemora o enfraquecimento dos sindicatos, co-responsáveis segundo o governo pela ineficiên cia das empresas estatais, dada a sua capacidade de impor sa lários mais elevados do que aqueles pagos no setor privado. Os sindicatos trabalhistas ingleses vêm sofrendo consecuti vas derrotas, na medida em que se contrapõe à compra por par te dos trabalhadores de ações das empresas, no que são siste maticamente contrariados.

Cabe agora indagar acerca da relevância das experi ências mencionadas para a realidade brasileira. É conheci do o fato de que as empresas estatais, utilizadas durante



anos como instrumento de política econômica - experiência, aliás, que é compartilhada pelas empresas estatais européias - encontram-se hoje com sua capacidade de auto-financiamento absolutamente esgotadora. Subordinadas em frequentes períodos ao objetivo de curto prazo de contenção da inflação, mediante compressão de preços e tarifas públicas, foram, no período percorrido entre 1976 e 1982, obrigadas a recorrer ao mercado financeiro internacional para garantir ao país as reservas cambiais necessárias. Isto, somado ao recrudescimento do controle de preços nos anos mais recentes da Nova República, forma um quadro no qual praticamente a totalidade das empresas do setor produtivo estatal, 179 ao todo, não apresentam condições de realizar sequer os investimentos indispensáveis à manutenção de suas operações.

Uma vez seca a fonte outrora copiosa do mercado financeiro internacional e impossibilitado o Tesouro de arcar com os investimentos mínimos necessários à manutenção em funcionamento de boa parte dessas empresas, o recurso à privatização aparece como uma saída para o impasse. A alternativa, convenhamos, é ver definharem e cair em obsolescência setores de absoluta importância para a dinâmica da produção, como aços e energia elétrica.

Privatizar, como demonstram as experiências européias, não se resume à entrega do controle de empresas estatais ao setor privado. Neste sentido, é perfeitamente plausível que empresas como a Telebrás, a Petrobrás e a CVRD ofere-

çam em bolsa parcelas de sua propriedade, coisa, aliás, que de muito já fazem as duas últimas. Empresas incluídas nas "holdings" Siderbrás e Eletrobrás, bem como aquelas tornadas de propriedade do BNDES quando encontravam-se em dificuldades, e ainda, aquelas empresas das quais o BNDES possui o controle acionário, poderiam ser vendidas a investidores nacionais e estrangeiros - neste caso, como parte do processo de conversão da dívida - sem que tal viesse a se configurar em enfraquecimento da capacidade de gestão da coisa pública.

A venda pública de ações de empresas estatais para investidores nacionais e estrangeiros - como participação ou como transferência de controle - possibilitaria, além da garantia da manutenção da acumulação gerada por essas empresas, a geração de um fator de equilíbrio das finanças públicas, na medida em que recursos do Tesouro necessários para a manutenção das tarefas tradicionais do Estado, como saúde e educação deixariam de ser drenados para capitalizar empresas. Ou seja, se por um lado a geração imediata de recursos, com a venda de empresas, não deve ser considerada como objetivo central, a menos sob um ponto de vista estático, uma vez que, vendida, a empresa deixará de gerar recursos, por outro lado, as despesas com tais empresas cessarão e, dessa forma, deixarão de pressionar o déficit público.

É necessário, entretanto, encarar com realismo a alternativa da privatização. A disposição de vender é estável sem a contrapartida da disposição de comprar por parte

dos investidores privados. Se empresas do porte da CVRD e da Petrobrás não encontrariam dificuldades em ampliar seu capital, oferecendo ações para subscrição, empresas historicamente deficitárias não contariam com a mesma acolhida; a menos que parte de seu passivo fosse absorvido pelo setor público, como ocorreu em alguns casos na Espanha e na Itália.

Por outro lado, a persistência do controle de preços sobre insumos básicos, aonde se encontra a parcela mais significativa das empresas estatais, vem comprometendo sua produtividade, conforme já mencionado, o que torna tais empresas pouco atrativas para o investimento privado.

Este quadro reflete as contradições entre objetivos de curto e longo prazo. Quando os primeiros são tornados prioridade, como o combate a inflação, os segundos são prejudicados na medida em que a contenção de preços compromete a rentabilidade e consequentemente a produção em escala ampliada.

Tal contradição não é facilmente superável; não obstante, é possível supor que uma política de rendas ampla, que congregue interesses divergentes em torno a um acordo, possa devolver a rentabilidade necessária às indústrias estratégicas, sem que o preço dessa medida seja pago apenas pelas parcelas não privilegiadas da sociedade.

É fato que já está em andamento um projeto de privatização de empresas estatais, que define a decisão de venda



de 65 empresas de caráter não estratégico e típicas da iniciativa privada. Este projeto, porém, não inclui mais do que 5% do patrimônio líquido estatal e, por sua modéstia, uma vez realizado, não alterará o perfil da acumulação de capital no país.

Cabe observar ainda que o recente "crash" da bolsa de Nova York, bem como suas repercussões nos mais importantes mercados do mundo não alterará a longo prazo a tendência no sentido de privatização de empresas públicas. É verdade que, num primeiro momento, o pequeno poupador, grande responsável pelo sucesso dos programas de privatização na Europa deverá retrair-se, retornando para formas mais tradicionais de aplicação de poupanças.

Isto posto, parece que o capitalismo caminha para um novo estágio das relações entre poder público e poder privado, estágio este no qual o Brasil estará certamente incluído.

Estar atento a todas as nuances e implicações desse processo torna-se necessário para que a consciência interfira em sua condução, garantindo a adequação dos aspectos dessa nova fase aos interesses que no país se identificam com a modernidade.



PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1987

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
107. PROCHNIK, Victor. <u>O macrocomplexo da construção civil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 107)	143
108. TAVARES, Ricardo A.W., <u>Aritmética política ou natural? (Demografia: Fuga em quatro movimentos).</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 108)	26
109. TAUILLE, José Ricardo e OLIVEIRA, Carlos Eduardo Melo de. <u>Difusão de automação no Brasil e os efeitos sobre o emprego. Uma resenha da literatura nacional.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 109)	47
110. SILVEIRA, Caio César L. Prates de. <u>Plano Cruzado : A dramática reversão de expectativas.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 110).	30
111. TAUILLE, José Ricardo. <u>Automação e Competitividade: uma avaliação das tendências no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 111).	150
112. ALMEIDA, Júlio Gomes de e ORTEGA, José Antonio. <u>Financiamento e desempenho financeiro das empresas industriais no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 112)	119
113. PROCHNIK, Victor. <u>Estrutura e dinâmica dos complexos industriais na economia brasileira.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 113)	51
114. FONSECA, Manuel Alcino da. <u>Uma análise das relações estruturais da economia brasileira.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 114)	25
115. JAGUARIBE, Anna Maria. <u>A política tecnológica e sua articulação com a política econômica. Elementos para uma análise da ação do estado.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 115)	76
116. SOUZA, Isabel R.O. Gómez de. <u>Referencial teórico para a análise da política social.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 116)	28
117. FIORI, Jorge e RAMIREZ, Ronaldo. <u>Notes for a comparative research on self-help housing policies in Latin America.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 117)	28
118. BENETTI, Carlo. <u>Valor, excedente e moeda.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 118)	19

	Nº de páginas
119. MOREIRA, Maurício Mesquita. <u>Progresso Técnico e Estrutura de mercado: a indústria internacional de telecomunicações.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 119)	81
120. LOPES, Fernando Reis; SERRANO, Franklin Leon Peres. <u>Marx e a Mercadoria Força de Trabalho.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 120)	34
121. FIGUEIREDO, José B.; TAVARES, Ricardo. <u>O Componente Demográfico no Desenho das Políticas de Desenvolvimento Urbano.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 121)	35
122. CORIAT, Benjamin; SABOIA, João. <u>Régime d'accumulation et rapport salarial au Brésil - un processus de fordisation forcée et contrariée.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 122)	52
123. PROCHNIK, Victor. <u>A Contribuição da Universidade para o Desenvolvimento da Informática no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 123)	39
124. FABRIANI, Camen Beatriz; PEREIRA, Vera Maria C.- <u>Tendências e Divergências Sobre o Modelo de Intervenção Pública no Saneamento Básico.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 124)	45
125. TOLOSA, Hamilton C. <u>Condicionantes Econômicas e Opções da Política Urbana no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 125)	34
126. SAIM, Cláudio; SILVA, Luiz Carlos Eichenberg. <u>Industrialização e Integração do Mercado de Trabalho Brasileiro.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 126)	51
127. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. <u>Keynes on probability and uncertainty.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 127).	29
128. LEITE, Antonio Dias. <u>Plano Cruzado - Esperança e Decepção.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 128)	144
129. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. <u>O Caminho da Revolução: O Treatise on Money na Revolução Keynesiana.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 129).	24
130. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. <u>Keynes on the Instability of Capitalism and the Theory of Business Cycles.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão 130)	39
131. FIORI, José Luís; JAGUARIBE, Anna Maria. <u>Repensando o Papel do Estado no Desenvolvimento Brasileiro: uma Agenda de Estudos.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 131).	53



	Nº de páginas
132. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. <u>Os Impactos Sociais da Crise Econômica, Políticas Sociais e Transição Democrática.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 132).	78
133. VIANNA, Cid Manso de Mello. <u>Política de Medicamentos versus Política de Produção de Fármacos.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 133).	17
134. MEDICI, André Cezar. <u>O Custeio da Política Social ao Nível Regional: Subsídios Para uma Estratégia de Descentralização.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 134)	51
135. CASTRO, Antonio Barros de, e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. <u>O Saldo e a Dívida.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 135)	31
136. ERBER, Fábio S. <u>Política Industrial no Brasil - Um Quadro Analítico e Algumas Propostas.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 136)	24
137. OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. <u>Mulher em Dados.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 137)	70
138. PERLMAN, Janice E. <u>Mega-Strategies for Mega-Cities. A Project to accelerate the generation of effective social and technological innovation.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 138)	47
139. AFGNSO, José Roberto R. e DAIN, Sulamis. <u>O Setor Público e as Finanças Públicas na América Latina: o Caso do Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 139)	115
140. GIAMBIAGI, Fabio. <u>Paridades Cambiais, Dívida Externa e Ajustamento - Reflexões Sobre o Caso Brasileiro: 1983/86.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão 140)	32
141. SALGADO, Lucia Helena. <u>Privatização: Mais um Passo do Capitalismo.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (Discussão, 141).	17